

O COSMOPOLITISMO LITERÁRIO DE JOAQUIM NABUCO

Adriano Lima Drumond¹

Resumo: O cosmopolitismo marcou a atividade política e intelectual de Joaquim Nabuco, um dos mais importantes nomes do movimento abolicionista brasileiro, seja como europeísta monarquista, seja como republicano pan-americanista. Neste artigo, analisamos seu cosmopolitismo literário, expresso em textos sobre a obra e a vida de Camões e em versos escritos na língua francesa.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco; Literatura; Cosmopolitismo; Abolicionismo; Camões.

Résumé: Le cosmopolitisme a marqué l'activité politique et intellectuelle d'un des plus importants noms du mouvement abolitionniste brésilien, Joaquim Nabuco, soit comme européen monarchiste, soit comme républicain pan-américaniste. Dans cet article on analyse son cosmopolitisme littéraire, que des textes sur l'oeuvre et la vie de Camões et des vers écrits en français expriment.

Mots-clés: Joaquim Nabuco; Littérature; Cosmopolitisme; Abolitionnisme; Camões.

Joaquim Nabuco foi um cosmopolita no rigor do termo. Não ou simplesmente porque viajou muito, conhecendo importantes cidades estrangeiras, como Londres, Paris, Roma, Nova Iorque, Washington, chegando

¹ Adriano Lima Drumond graduou-se na FALE/UFMG, instituição pela qual também obteve o título de mestre em Teoria da Literatura. Atualmente, cursa o doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa na FFLCH/USP. Email: limadrummond@usp.br.

mesmo, em boa parte de sua vida, a nelas morar e trabalhar (seja, quando jovem, na modesta função de jornalista correspondente, seja, em seus últimos anos, no prestigioso cargo de embaixador da república brasileira) – foi um cosmopolita principalmente por sua contínua postura política e intelectual eminentemente marcada pelo universalismo. A autobiografia *Minha formação* informa a devida medida de suas precoces concepções universalistas, em capítulo expressivamente intitulado “Atração do mundo”:

[...] em 1870, o meu maior interesse não está na política do Brasil, está em Sedan. No começo de 1871, não está na formação do Gabinete Rio Branco, está no incêndio de Paris. Em 1871, durante meses, está na luta pela emancipação – mas não será também nesse ano o Brasil o ponto da terra para o qual está voltado o dedo de Deus? Em 1872, o que me ocupa o espírito é o centenário de *Os Lusíadas*; estou imprimindo um livro sobre Camões, e a quem trabalha em um livro, apesar do seu nenhum valor literário, como o mostrou Teófilo Braga, não sobra muita atenção ou interesse para dar ao que acontece em redor de si [...]. (NABUCO, 1981, p.42)

Esse Nabuco aos pouco mais de 20 anos, atento aos grandes fatos que interessam o mundo e que, ao publicar em 1872 o referido livro, *Camões e Os Lusíadas*, não apenas dá início a sua trajetória de verdadeiro missionarista camoniano, mas vem a merecer de Gilberto Mendonça Teles o título de “fundador da Camonologia no Brasil” (TELES, 1976, p.145), está prestes a fazer sua primeira e tão desejada viagem à Europa, onde se consolidam seu ideário monarquista e o cosmopolitismo que antes decorreria, segundo alguns, de “pura imitação e afetamento” (SALLES, 2002, p.87). No Velho Continente, em contato mais próximo ou direto com episódios mundialmente marcantes,

com celebridades políticas e literárias, rodeado pelo perfeito concílio civilizatório da tradição e da modernidade, Joaquim Nabuco conscientiza-se, como registra mais adiante no mesmo capítulo de *Minha formação*, de que

Nós, brasileiros – o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos – pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. Desde que temos a menor cultura, começa o predomínio destas sobre aquele. A nossa imaginação não pode deixar de ser européia, isto é, de ser *humana*; ela não pára na *Primeira Missa no Brasil*, para continuar daí recompondo as tradições dos selvagens que guarneciam as nossas praias no momento da descoberta; segue pelas civilizações todas da humanidade, como a dos europeus com quem temos o mesmo fundo comum de língua, religião, arte, direito e poesia, os mesmos séculos de civilização acumulada, e, portanto, desde que haja um raio de cultura, a mesma imaginação histórica. (NABUCO, 1981, p.44)

Se, conforme noticia Ricardo Salles, em nota referente ao trecho acima transcrito, este “valeu a Nabuco a antipatia de gerações de intelectuais ‘nacionalistas’ brasileiros que viriam” (SALLES, 2002, p.52), a exemplo de um Mário de Andrade, devemos ter mente o contexto histórico, no qual o abolicionista pernambucano se insere, no intuito de não o julgarmos injustamente, incorrendo em anacronismos. Na verdade, pelo menos, desde meados do século XIX, recém-independente o Brasil, instaurou-se o dilema quanto aos rumos civilizatórios do país. Nesse dilema, confrontavam-se, de um lado, o respeito a um suposto caráter autóctone, sob a égide do qual a literatura brasileira se embrenhou na temática indianista e se consolidou o discurso ufanista baseado na grandeza e beleza natural do Brasil, e, de outro, a afirmação das heranças colonialistas européias, ponto de partida para

empreender-se uma espécie de europeização do que ainda havia de atrasado e bárbaro no país. Entre aquele jovem Nabuco, sequioso de auto-afirmação intelectual e nomeada, e o já havia muito consagrado escritor José de Alencar também se travará, no último semestre de 1875, polêmica dentro de termos equivalentes. Nas palavras de Afrânio Coutinho: “Ao ocidentalismo de Nabuco opunha-se o nacionalismo de Alencar; ao universalismo do primeiro, a tendência nacionalizante do segundo” (COUTINHO, 1978, p.7). Tal polêmica literária (que envolveu também discussão de âmbito social, o tema da escravidão), uma das muitas ocorridas no Brasil, durante o século XIX, constituía, com efeito, um duelo entre duas gerações – a dos velhos românticos e a de seus juvenis questionadores, a que se atribui o epíteto, como em Portugal, de Geração de 70. Joaquim Nabuco, de cá do Atlântico, assim como Antero de Quental, Eça de Queirós e outros, de lá do oceano, tinham semelhante visão civilizatória, inspirada no modelo das nações mais industrializadas da Europa (França e Inglaterra, sobretudo), em oposição ao nacionalismo romântico de suas respectivas pátrias; no caso brasileiro, maculado pelo entrave do regime escravocrata, e no caso português, pelo liberalismo superficial e tacamanhamente reformista. No artigo “Bom senso e bom gosto”, estopim da Questão Coimbrã, Antero – saturado das “pequenas coisas” e dos “pequenos homens das ínfimas questiúnculas literárias dum ignorado canto da terra, a que ainda se chama Portugal” (QUENTAL, 1974, p.118) – denuncia:

[...] quem pensa e sabe hoje na Europa não é Portugal, não é Lisboa, cuido eu: é Paris, é Londres, é Berlim. Não é a nossa divertida Academia das Ciências que revolve, decompõe, classifica e explica o mundo dos fatos e das idéias. É o Instituto de França, é a Academia Científica de Berlim, são as escolas de filosofia, de história, de matemática, de física, de biologia, de todas as ciências e de todas as artes, em França, em Inglaterra, em Alemanha. (QUENTAL, 1974, p.125)

Cumpramos ressaltar que aproximamos aqui a geração de 70 brasileira da portuguesa apenas no que se refere ao ideal civilizatório, ao progresso como imperativo, cujo modelo estava nos grandes centros europeus, pois não há, da parte de Joaquim Nabuco, nada daquela postura radical, com tintas ‘antipatrioteiras’, de um Antero ou de um Eça; vale observar que estes chegaram a ver na revolução socialista a via para alavancar Portugal do diagnosticado estado de decadência, ao passo que, segundo bem define Milton Carlos Costa:

Nabuco sempre caracterizou-se pela moderação, nunca desejou a revolução e se a abolição aparece identificada com esta última, isso ocorre mais no sentido de que a realização total da extinção do escravismo significava uma mudança profunda nas estruturas da formação social brasileira, e por isso tornava-se revolucionária. (COSTA, p.113)

Nem propriamente conservador, mas tampouco por excelência revolucionário, Joaquim Nabuco, seria mais bem definido como um reformista, que, “No estilo de vida, no ativismo político, na prática intelectual, equilibrou-se entre reforma e tradição” (ALONSO, 2007, p.16). Ademais, o autor de *O abolicionismo* é um cosmopolita, um universalista, ao contrário do que, conforme compreensões

mais além da superficialidade dos fatos, como a de António Quadros, ao fim e ao cabo, toda aquela ânsia de europeizar Portugal denunciaria o provincianismo da Geração de 70 portuguesa (cf. QUADROS, 1989, p.57-69). O fato é que hoje palavras como ‘universalismo’, ‘civilização’, ‘progresso’ perderam o valor positivo e imperioso que tinham, para muitos (não todos, é verdade) no século XIX e ainda tiveram em parte do XX, de modo que qualquer avaliação sobre o ideário da obra e das ações de Joaquim Nabuco deve levar isso em conta, com o fim de, por exemplo, não intitular sua opinião – expressa em *O abolicionismo* – sobre a superioridade cultural dos brancos em relação aos negros de preconceituosa, como querem alguns, sendo que esta era compartilhada na época como ‘conceito científico’ (haja vista um romance como *O cortiço*, de Aluísio Azevedo).

Embora mais conhecido na história brasileira como político e intelectual, a serviço da causa abolicionista, Joaquim Nabuco sempre foi acometido por ambições literárias, cuja realização buscou na escrita de livros como *Amour et Dieu* e *Um estadista do império*, obra de marcado caráter historiográfico, mas na qual, para Milton Carlos Costa, o autor “soluciona o seu problema literário, encontra a sua maneira de ingressar e realizar-se na literatura” (COSTA, 2003, p.130). De todo modo, também no campo da literatura, seja como poeta, seja como crítico, o cosmopolitismo marcou a concepção de Nabuco – do que seria significativa amostra o que denominamos aqui de seu ‘missionarismo camoniano’ e de seu estreito vínculo criativo com a língua francesa (sabemos que o abolicionista pernambucano se jactava de

pensar mais à vontade nesse idioma), conforme atesta seu poema abolicionista *Esclaves!*.

Além de, em torno de seus 23 anos, ter publicado *Camões e Os Lusíadas*, à ocasião do terceiro centenário de publicação do poema épico camoniano, Joaquim Nabuco, a 10 de Junho de 1880, teve oportunidade de mais uma vez registrar sua profunda admiração pelo considerado maior nome das letras luso-brasileiras, do qual se comemoravam então, aquém e além-mar, o terceiro centenário de morte, proferindo, a convite do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, pequeno discurso, que, ao contrário do livro comemorativo, receberia de Teófilo Braga – reconhecido como eminente camonólogo, no século XIX – muitos louvores. Mais tarde, concretizado o grande sonho de dar fim à escravidão no Brasil e servindo ao governo republicano brasileiro, contra o qual, antes fervoroso monarquista, escrevera alguns textos, Joaquim Nabuco, na função de embaixador de sua pátria nos Estados Unidos, pronunciará em inglês três conferências camonianas: na Universidade de Yale, a 14 de maio de 1908, “O lugar de Camões na literatura”; no Colégio de Vassar, a 21 de abril de 1909, “Camões, poeta lírico”; e, dois dias depois, na Universidade de Cornell, “Os *Lusíadas*, epopéia do amor”. A longevidade desse interesse pela vida e obra do poeta português quinhentista por parte de Nabuco, que, nesses textos, ressalta a importância da leitura da lírica e da épica de Camões tanto pelos brasileiros quanto por todo o mundo, parece-nos tratar-se de um verdadeiro ‘missionarismo’. Cumpre dizer que, sem qualquer exagero, Nabuco, assumindo-se como “paladino”, “rapsodo” e “peregrino” do poeta português, prestava a ele e sua obra verdadeiro culto,

traduzido em apreciações d' *Os Lusíadas*, em que o compreende como “a fronte da pirâmide do espírito humano e da glória portuguesa” (NABUCO, 1872, p.5), “a um tempo, santuário e relicário de Portugal” (NABUCO, 1940, p.7) e “o poema da era moderna” (NABUCO, 1940, p.13), comparável não a *Divina comédia*, a *Paraíso perdido*, a *Orlando furioso* ou a *Jerusalém libertada*, mas a *Ilíada* e a *Eneida*, pois:

Em Dante tendes o espírito da Idade Média. Tasso e Ariosto procuraram inspiração numa época que não era a sua. Milton escolheu um assunto fora da esfera onde a imaginação humana ainda pode conservar o amparo dos sentidos. Só Camões permanece no terreno que Homero e Virgílio ocuparam, demonstrando que esse terreno é eterno, como aquele em que se elevou o Partenon. (NABUCO, 1940, p.28)

Na qualidade de missionarista camoniano, Joaquim Nabuco, já em seu prólogo de *Camões e Os Lusíadas*, observa a necessidade de se incentivar a juventude brasileira a ler a obra do poeta português, uma vez que, “é triste dizê-lo, os *Lusíadas* são um livro pouco lido e conhecido” (NABUCO, 1872, p.5), mesma tecla ferida oito anos depois, em sua conferência comemorativa dos 300 anos de morte de Camões, na requisição pedagógica e cívica de que

[...] os *Lusíadas* sejam distribuídos generosamente pelas escolas, para serem lidos, decorados e comentados pela mocidade. Não é um livro que torne ninguém Português, é um livro que torna todos patriotas; que ensina muita coisa numa idade em que estão sendo lançados no menino os alicerces do homem; que faz cada um amar a pátria, não ser nela o escravo, mas o cidadão, não para adular-lhe os defeitos, mas para dizer-lhe com doçura e verdade. Nele se aprende que os princípios e os sentimentos devem ser os músculos, e não

somente os nervos da vida; que a existência do homem se alarga pela sua utilidade exterior, e, em vez de girar o mundo em torno de nós, como no sistema de Ptolomeu, devemos nós girar em torno do mundo, como no de Copérnico. (NABUCO, 1939, p.20-21)

O propósito de disseminar a palavra 'camoniana' leva (já o vimos) Nabuco a proferir, em solo norte-americano, as três conferências sobre o poeta e sua obra, da qual embora acredite que em boa parte “não terá interesse para o estrangeiro”, na medida em que “Certos trechos só podem ser apreciados pela alma lusitana” (NABUCO, 1940, p.7-8) e que “Camões sofre desvantagens especiais perante qualquer auditório estranho à língua portuguesa” (NABUCO, 1940, p.2), sempre empolgado o conferencista pelo objetivo ambicioso, disfarçado de modéstia, de “chamar a atenção de alguns estudantes americanos para um dos maiores nomes da literatura moderna e para a beleza e a poesia do nosso idioma” (NABUCO, 1940, p.71-72). Mesmo não tendo rebatido as severas críticas de Teófilo Braga a seu livro de 1872, conforme se recorda na passagem de admirável e elegante humildade de *Minha formação* páginas acima transcrita, de cujos defeitos o próprio jovem autor prevenia o leitor no prólogo desse estudo que seria resultado de “verdadeiras impressões pessoais” (NABUCO, 1872, p. 5), sob o desconhecimento de “quase tudo que sobre eles [*Os Lusíadas*] se tem publicado [...]” (NABUCO, 1872, p. 10), dessa sua obra Joaquim Nabuco não se dirá arrependido décadas após. São as primeiras linhas de “O lugar de Camões na literatura”:

Depois de ler, pela primeira vez, os *Lusíadas* não demorei em externar o meu deslumbramento em um pequeno volume, trabalho de mocidade para o qual não ofereci outra desculpa senão a de que todo tributo de amor deve ser aceitável a um poeta. Não me arrependo de ter assim registrado minha primeira impressão, que cresceu sempre em anos de culto fiel, e acompanhou o meu espírito através da vida inteira. Sempre, porém, tive a intenção de renovar a Camões, antes de morrer, a homenagem que lhe prestei na mocidade. Feliz é o ensejo que se me apresenta agora de desempenhar-me deste voto perante uma grande Universidade Americana. (NABUCO, 1940, p.1)

De fato, o missionarismo camoniano de Joaquim Nabuco constitui uma das expressões de seu cosmopolitismo literário. No prólogo de *Camões e Os Lusíadas*, na contracorrente do discurso nacionalista romântico brasileiro em geral e do indianismo alencariano em particular, afirma que “a literatura portuguesa [...] é a nossa” (NABUCO, 1872, p.10) e “Escolhendo, pois, os *Lusíadas* [como assunto de meu livro] acredito que não saí do terreno da literatura nacional” (NABUCO, 1872, p.15), com a argumentação de não estar “no poder de um homem, nem de um grupo, mudar a natureza das coisas e que as literaturas formam-se lentamente, como a língua, a religião e a sociedade” (NABUCO, 1872, p.14) e ainda ressaltando serem *Os Lusíadas* “esse grande monumento de nossa raça e de nossa língua” (NABUCO, 1872, p.65). Opiniões que se aproximam bastante do que virá, logo a seguir, em 1875, a expressar, em “Instinto de nacionalidade”, o amigo Machado de Assis, para quem “Esta outra independência [a literária] não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo” (ASSIS, 1968, p. 136-137). Na conferência de

10 de Junho de 1880, Nabuco abandona essas suas opiniões ou talvez antes mude o foco do texto; não mais aborda a questão da autonomia literária brasileira, apenas destacando uma ainda muito próxima relação entre ex-colônia e ex-metrópole, conforme atestariam o grande contingente de portugueses a viver no Brasil, governado por representantes da dinastia lusitana, e onde o idioma oficial é o português. Além-se, naquela data em que se comemoravam também o dia de Portugal, da Língua Portuguesa e das comunidades portuguesas, a defender, na qualidade de brasileiro, que “Os *Lusíadas* nos pertence também um pouco”, não somente pelo aspecto lingüístico, mas também pelo temático: “Qual é a idéia dos *Lusíadas*, se eles não são o poema das descobertas marítimas e da expansão territorial da raça portuguesa? O descobrimento do Brasil não fará parte desse conjunto histórico?” (NABUCO, 1939, p.4) Desse modo, diz Joaquim Nabuco: “[...] nesta noite sou Português” (NABUCO, 1939, p.6). Mas o texto de 1880 assume um cosmopolitismo que nos parece ausente no prólogo do livro de 1872. É que, no terceiro centenário de morte de Camões, Nabuco, mais do que interessado em aproximar identitariamente seus compatriotas dos ex-colonizadores, revela sua compreensão universalista de Camões e de sua obra: “Nesta festa uns são Brasileiros, outros Portugueses, outros estrangeiros. Temos todos, porém, o mesmo direito de abrigar-nos sob o manto do poeta” (NABUCO, 1938, p.3). E adiante:

Se o dia de hoje é o dia de Portugal, não é melhor para este que a sua festa nacional seja considerada entre nós uma festa de família? Se é o dia da língua portuguesa, não é esta, também, a que falam dez milhões de Brasileiros? Se é a festa

do espírito humano, não paira a glória do poeta acima das fronteiras dos Estados, ou estará o espírito humano também dividido em feudos inimigos? Não, senhores; em toda a parte a ciência prepara a unidade, enquanto a arte opera a união. Até a pátria é um sentimento que se alarga, abate as muralhas que o isolavam, e se torna cada vez mais, como tornou-se a família entre os homens e há de tornar-se a religião entre as igrejas, um instrumento de paz, de conciliação e de enlaçamento entre os povos. (NABUCO, 1939, p.3)

Assim como crítico e divulgador da obra e vida de Camões, Joaquim Nabuco também expressou seu cosmopolitismo literário como poeta. Em fins de 1875, encontrando-se na França, planejou escrever um drama que abordasse a questão franco-germânica em torno da Alsácia e Lorena. Não apenas o assunto seria estrangeiro em relação ao autor, mas também o idioma no qual seria a obra escrita: em francês. Em *Minha formação*, Nabuco esclarece esse projeto, a propósito, não levado a cabo: “O meu drama com ser francês, de procedência, de motivo sentimental, elevava-se, como composição literária, acima do espírito de nacionalidade, visava à unidade da justiça, do direito, do ideal entre as nações [...]” (NABUCO, 1981, p.70). Porém, cerca de dez anos depois, quando vem a escrever poema de temática nacional, o abolicionismo, a língua francesa será sua escolha. Nabuco divulgou pela primeira vez *Esclaves!* em banquete literário que homenageou Luís Guimarães, a 18 de março de 1886. O poema logo foi publicado na *Gazeta de Notícias*, juntamente à nota sobre o evento, e mais tarde revisado e republicado em volume, no mesmo ano, pela tipografia G. Leuzinger & Filhos. O autor inseriu ao poema um soneto, também escrito em francês, no qual se dirige a Luís Henrique, tanto para lhe oferecer os versos quanto para explicar ou justificar a razão de tê-los escrito nesse idioma:

Notre Langue est un cercle encore trop étroit
Pour enfermer la honte amère que ruisselle
Du froid Assassinat d'une Race jumelle,
Dont le Sang a rendu tout noir sous notre toit...

A telle honte il faut l'expansion du Droit,
Dont la vibration, onde large, éternelle,
Peut, seule, dénoncer la Race criminelle,
Comme un spectre de pierre à la montrer du doigt,

Tes vers seront comptés parmi nos belles choses !...
Des colibris dores, et des courts matins roses,
Chutes d'eau de soleil, leur éclat tiendrait lieu...

A toi, donc, d'enrichir notre Langue, en ta route...
A nous, de recueillir ce Sang-là, goutte à goutte,
Et de le darder au Monde en Langues de Feu. (NABUCO, 1886, p.63)

20 anos antes de Olavo Bilac, em famoso soneto coligido no livro *Tarde*, intitular a língua portuguesa “esplendor e sepultura”, Joaquim Nabuco salienta as limitações do idioma pátrio, no que se refere a comunicar uma “amarga vergonha” nacional, que não devia ser exposta e denunciada apenas ao “círculo ainda demasiado estreito” dos lusófonos, mas, sim, ao mundo. Na conferência de 1908, “O lugar de Camões na literatura”, o autor mais uma vez referir-se-á ao desprestígio da “última flor do Lácio” mesmo dentre as irmãs (o italiano e o espanhol) nem tão prestigiadas quanto, na época, era o francês (cf. NABUCO, 1940, p.2-3) e dirá: “graças” a Camões, “a glória de Portugal não ficaria sepultada para o mundo exterior na língua portuguesa” (NABUCO, 1940, p.26). É claro e consciente, pois, a busca por parte de Joaquim Nabuco de universalizar o discurso abolicionista, para isso utilizando-se do francês, idioma oficial da gente culta no Ocidente.

Soma-se a esse expediente de ordem lingüística o próprio fato de *Esclaves!* – poema dividido em oito partes, compostas de variado número de estrofes de quatro versos alexandrinos (o metro clássico da língua francesa), todos os quais rimados alternadamente – dirigir-se, como interlocutor, a Epiteto, filósofo grego que viveu boa parte da vida na Roma Antiga, na condição de escravo. Assim, Nabuco potencializa ainda mais o caráter universal de sua obra, uma vez que a leva a expandir-se para fora das fronteiras tanto nacionais (tendo-a escrito em francês) quanto cronológicas (ao aproximar a questão dos escravos no Brasil do século XIX e no Império Romano). É que, para Nabuco, o combate pelo fim da escravidão no Brasil não constituía tema de interesse localizado espacial e temporalmente, mas antes de dimensões universais. Pensando assim, discursou sobre a questão abolicionista brasileira nas principais capitais européias, em Lisboa, tendo mantido correspondência volumosa com a Anti-slavery Society da Inglaterra, além de solicitar apoio à causa ao Papa, conforme notícia em *Minha formação* (cf. capítulo intitulado “No Vaticano”). Naturalmente, o regime escravocrata, para homens de ideário liberal, consistia em acinte a valores universais e nódoa na história da nação brasileira: “Moralmente é a destruição de todos os princípios e fundamentos da moralidade religiosa ou positiva – a família, a propriedade, a solidariedade social, a aspiração humanitária” (NABUCO, 2002, p.148). Nesse propósito de universalizar a denúncia abolicionista, o poeta Joaquim Nabuco aproxima, metaforicamente, o Brasil escravocrata ao Pórtico ateninense, palco de célebre morticínio:

Oh! le Brésil entier, c'est comme le Portique, –
Où brillaient les combats sanglants et radieux
Des Amazones, sur le sol saint de l'Attique,
Des Vierges qui portaient la guerre aux Demi-dieux, –

Étalant sur ses murs tout couverts de couronnes, –
Ces granits pourprés, où des forêts ont monté, –
Sur ses dalles... de fleurs, à travers ses colonnes
De palmiers, au fronton – son ciel rose d'été,

L'Apothéose ardente, et qui donne l'ivresse,
De la Terre, Amazone et Vierge, aux seins nombreux,
Que le Soleil, jaloux, darde aux flancs, et caresse,
De flèches de Vainqueur, de baisers d'Amoureux. (NABUCO, 1886,

p.66)

Nessas três estrofes, fundem-se as duas imagens comparadas, o que fica mais evidente no sintagma “Sobre suas lajes...”, que, a princípio, parece referir-se ao Pórtico, mas, após as reticências, vemos que se trata da natureza brasileira, “de flores”. Assim, não apenas por comparar o Brasil ao monumento ateniense que Joaquim Nabuco universaliza a paisagem nacional, mas principalmente por buscar poeticamente fundi-los, sem apelar, portanto, para imagens de uma retórica romântico-ufanista que particularizava ou salientava o exotismo exuberante da natureza brasileira, consoante o indianismo alencariano. Todavia, o poeta marca uma diferença fundamental: o massacre sucedido na Antigüidade produziu vítimas que se entregaram à morte num gesto heróico, pois se tratavam de discípulos de Sócrates; no Brasil, porém:

Non! le carnage ici n'a pás de reflets roses...
C'est comme si les vents de l'Enfer, déchaînés,
Laisaient sur leur chemin toutes les fleurs écloses,
Mortes ; tous les nids, morts ; morts, tous les nouveau-nés. (NABUCO, 1886, p.68)

Se o poema, na quarta parte, concentra-se na condição dos antigos escravos, na quinta parte, passa a deter-se a mostrar a condição terrível – anunciada sugestivamente como contraponto anteriormente – da escravidão moderna dos negros. Joaquim Nabuco aqui lança mão de uma imagem muito interessante, por dizer mais respeito aos países industrializados europeus do que propriamente ao Brasil: os escravos brasileiros são comparados por metáfora ao carvão:

L'Esclavage, aujourd'hui, c'est la grande Houillère...
Souterraine, profonde, aux ténébreux ilots...
A peine on y descend – vaste fourmilière, –
Formé de corps voûtés, par un pont de sanglots.

[...]

Car, cette masse informe, au fond des galeries,
Où nul rayon ne perce, où ne souffle aucun vent,
Ces enfant tristes, ces jeunes femmes flétries,
Tout ce monde entassé... c'est du Charbon Vivant,

Sans se douter qu'il est le Peuple prés d'éclore,
Gisant dans le sous-sol, en couches de douleur... !
Comme la Houille, noire, inerte, froide, ignore
Qu'elle va devenir Force, Flamme et Chaleur. (NABUCO, 1886, p.70)

A imagem mostra-se complexa: não apenas a cor negra serve para associar o escravo ao carvão, mas também a insalubridade das condições de trabalho nas minas de carvão se associa às péssimas condições vividas pelos cativos no Brasil. Vemos que Nabuco ainda mantém seu propósito de universalizar a causa abolicionista; a Antigüidade é substituída pela contemporaneidade do autor, mas com um foco na Europa das grandes potências, que empregavam

como energia para suas indústrias o carvão e a exploração do trabalho operário.

Finaliza o poema um clamor a Epiteto e a referência ao fato de que o imperador Marco Aurélio considerava-se filósofo-discípulo desse filósofo latino constitui, na última estrofe, contundente alusão à aparente indiferença de D. Pedro II em relação à causa abolicionista:

Fais au Brésil entier, Grand Esclave, une aumône !
Que ton esprit, brillant dans la nuit de l'erreur,
Chasse encore une fois les ténèbres d'un Trône,
Jette encore un reflet au front d'un Empereur ! (NABUCO, 1886, p.74)

*

* *

Maximiano de Carvalho e Silva, sobre a passagem do famoso capítulo “Massangana”, de *Minha formação*, na qual Joaquim Nabuco registra lembranças de seus oito anos, quando fitava, nas paredes da casa da madrinha, onde passou a infância, “algumas gravuras coloridas representando o episódio de Inês de Castro, entre as gaiolas dos curiós afamados, pelos quais seu marido costumava dar o preço que lhe pedissem” (NABUCO, 1981, p.132), comenta: “Mostrando-se desde cedo tão sensível aos problemas humanos, o menino terá procurado com certeza inteirar-se do drama que as gravuras refletiam”, no que estaria o “gérmen da paixão camoniana de toda a

sua existência” (SILVA, 1980, p.10). A passagem revelaria a equiparação, na hierarquia dos interesses do Joaquim Nabuco, da situação dos cativos e da obra e vida de Camões, em nome de ambas as quais empreendeu perenes e profícuos esforços. Se a abolição foi alcançada, em 1888, o qualificado reconhecimento de seus estudos camonianos tardou, mas chegou, ainda que após sua morte, em textos de Afrânio Peixoto, Jaime Cortesão, Álvaro Lins, Hernani Cidade e Gilberto Mendonça Teles, Américo da Costa Carvalho (cf. SILVA, 1980, p.21-22), entre outros. Neste artigo, importou-nos discutir como o missionarismo camoniano de Nabuco expressa sua concepção cosmopolita, universalista, no que se refere à política, ao pensamento e, sobretudo, à literatura. Também sua produção literária se pautou por essa mesma concepção, tão arraigada na mente do autor de *Balmaceda*, a ponto de realizar uma emulação ao “Navio negreiro”, às “Vozes d’África”, de Castro Alves, no idioma em que dizia mais à vontade pensar.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BILAC, Olavo. *Poesias*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 9ª ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000. v.II.

COSTA, Milton Carlos. *Joaquim Nabuco entre a política e a história*. São Paulo: Anablume, 2003.

COUTINHO, Afrânio (organização e introdução). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UnB, 1978.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade. In: CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira II: do romantismo ao simbolismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. pp.136-141.

NABUCO, Joaquim. *Camões e assumptos americanos: seis conferencias em universidades americanas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

NABUCO, Joaquim. *Camões e os lusíadas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1872.

NABUCO, Joaquim. *Escravos!: versos francezes a Epitecto*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1886.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. In: SANTIAGO, Silviano (coordenação seleção de livros e prefácios). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v.3. pp.3-167.

NABUCO, Joaquim. Terceiro centenario de Camões. In: *Esriptos e discursos literarios*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1939. pp.1-24.

QUADROS, António. *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos cem anos*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1989.

QUENTAL, Antero de. *Poesia e prosa: sonetos completos, poemas e prosa escolhidos*. São Paulo: Cultrix, 1974.

SILVA, Maximiano de Carvalho. Joaquim Nabuco e as comemorações camonianas de 1880. In: NABUCO, Joaquim. *Camões: discurso pronunciado a 10 de junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980. pp.7-26.

SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

TELES, Gilberto Mendonça. *Camões e a poesia brasileira*. 2ª ed. São Paulo; Brasília: Quíron; MEC,1976.